

editorial

Com mais de dez milhões de votos contrários à Área de Livre Comércio das Américas, a Campanha contra a Alca apresentou ao governo que brasileiras e brasileiros não aceitam e não querem abrir mão da soberania nacional.

O plebiscito sobre a Alca, realizado na primeira semana de setembro em todo o Brasil, mobilizou diversos setores dos movimentos sociais, da igreja, de partidos de esquerda e serviu também como processo educativo, levando à sociedade em geral informações sobre livre comércio e os moldes do acordo que os Estados Unidos querem impor ao Brasil.

Dez outros países da América do Sul e da América Central vão realizar plebiscitos sobre a adesão à Alca até abril de 2003, prazo limite para que os governos se manifestem sobre a área de livre comércio.

É grande a expectativa de que um novo governo – provavelmente eleito em primeiro turno no dia 6 de outubro – se retire das negociações sobre a Alca, e mude os rumos de nosso país. O que, sem sombra de dúvida, representará um passo importante contra o neoliberalismo.

Também temos grandes esperanças de um novo mundo ser possível e acreditamos na força da mobilização social para barrar a ditadura e ganância do mercado financeiro e suas conseqüências para o planeta.

A luta contra a Alca não se encerrou com o plebiscito, pois a guerra só será finalizada quando a barrarmos completamente. E nesta luta, as mulheres têm todo o interesse em participar de maneira ativa.

As Sempre vivas

Modigliani: Jeanne Hébuterne, 1919



A luta contra o neoliberalismo é assunto de mulheres

por Irene Leon*

Um espírito de mudança aparece nas novas ações e idéias que, em todos os horizontes do mundo, se levantam para responder ao neoliberalismo globalizado. Quando parecia que a impotência estava homogeneizada, ressurgiu o pensamento crítico, como um recurso inapelável para imaginar um novo mundo e atuar para alterar o presente.

A novidade está, sem dúvida, na tentativa de romper com os sectarismos e levantar espaços abertos para colocar em comum as idéias alternativas, debater-las e apostar em uma transformação plural, que coloque a diversidade como

um princípio ético e inclusivo da globalização solidária.

Assim, se este século nasceu com o aprofundamento das crises geradas pelo neoliberalismo, é inegável que também gerou uma procura de justificativas de múltiplas forças sociais, que estão colocando firme e forte a necessidade de mudar o paradigma do capital por um da humanidade.

Um dos atores deste processo é o movimento feminista, o mesmo que surgiu, cresceu e tomou força questionando as relações de poder entre gêneros, sustentando a necessidade de trocar

de paradigma, e colocando isto no centro de diversas e descentralizadas práticas que levaram a conseguir o que há apenas um século parecia impossível: a obtenção de direitos universais para as mulheres. Assim, se este enfoque não é novidade para o feminismo, são novos os desafios.

A globalização neoliberal que, por seu caráter excludente, põe em risco a concretização dos direitos, coloca as mulheres diante de desafios de gerar propostas que apontem para uma real apropriação de sua cidadania e de participação direta nos espaços coletivos de gestão de modelos que garantam, com mudanças sociais globais, o exercício da igualdade, da diversidade e da justiça econômica.

Para o feminismo, implica na transição para uma nova maneira de pensar e fazer as coisas, ampliando o universo dos chamados temas gerais, pois é onde se localizam os gargalos do exercício de direitos das mulheres.

Encarar questões como a feminilização da pobreza conduz diretamente ao questionamento da pretendida igualdade de oportunidades sustentada pela tecnocracia neoliberal. Se as mulheres são 70% dos 1,2 milhões de pobres do mundo, no contexto de um modelo que se levanta potencializando a precariedade, se não for revertida a situação, as únicas oportunidades que saltam à vista são as de cair na exclusão.

Os mecanismos excludentes do neoliberalismo potencializam-se na combinação das múltiplas formas de discriminação pré-existentes, entre as quais a desigualdade entre os gêneros é uma das de maior massividade. Pretender que sua erradicação seja possível com pequenos ou médios programas de assistência ou de alívio à pobreza,

enquanto a realidade indica que a inserção das mulheres na economia global ocorre nas áreas de maior precariedade, é uma ilusão.

O tempo passou e os assuntos econômicos se converteram em temas específicos das mulheres. Mais ainda, em um momento marcado pelo crescimento do

cializam nesses assuntos. A simples evocação das condições salariais e de trabalho, na *maquila* ou a inserção feminina nas áreas domésticas desvalorizadas ilustram as modalidades de inserção das mulheres na sociedade no contexto atual.

Resistência e as mulheres

A visível omissão da perspectiva de gênero no delineamento da economia neoliberal mundial é uma regressão potencial. Se o desenho dos acordos, como os de livre comércio, desconsidera a situação das mulheres, propor a inclusão de um agregado de gênero ou de uma cláusula social não basta. Para que tenham enfoque de gênero teriam que ser redesenhados, colocando o humano, e nele a situação das mulheres, no centro de suas preocupações. Não sendo assim, participar das resistências contra os acordos da Organização Mundial do Comércio ou o Acordo de Livre Comércio das Américas é um assunto de mulheres.

Se até há pouco tempo os posicionamentos sobre a globalização apareciam separados das preocupações específicas das mulheres, já não são mais. O avanço acelerado desse processo abarca todos os aspectos da vida, o cotidiano, os macro-sociais, econômicos, os culturais, todos em absoluto, e todos têm a ver com as mulheres. Assim, desenvolver enfoques feministas para uma globalização solidária e diferente não é um assunto retórico, é parte da própria evolução dessa proposta e de sua relação com o contexto.

A inclusão das propostas feministas nos cenários onde são gestadas idéias para o desenho de uma globalização diferente, a participação do movimento feminista na configuração das alianças, na criação dos discursos críticos e das propostas novas, é um esforço necessário para que a visualização de um mundo diferente seja incluído e tenha um enfoque de gênero.

Modigliani: Portrait of Margherita, 1916



econômico como ideologia, onde a cultura, a política, o cotidiano, o individual, o coletivo, tudo se percebe a partir da ótica de uma dinâmica cada vez mais focalizada nos êxitos do setor financeiro e nos ditames do capital transnacional. Nele, o desenvolvimento de enfoques feministas críticos é inviável.

Nesse cenário, temas como a flexibilização trabalhista, que conspiram contra o exercício de cidadania das mulheres, já não podem ser percebidos como domínio daqueles que se espe-



O sexismo da globalização

Com o processo de globalização neoliberal está em jogo a reorganização do mundo em benefício do capital. Sob uma pretensa racionalização de recursos, de bens, da população, do meio ambiente, tudo está sendo transferido às corporações transnacionais.

A sorte das mulheres e de toda a humanidade é parte dessa transferência e dela resulta o deslocamento de uma visão de cidadania para a de consumidoras (es). Cada vez mais a posição das mulheres é qualificada em concordância com esse papel e com sua posição no mercado. No entanto, as possibilidades de exercer essa cidadania restringida ao consumo são pouco prováveis para as mulheres do Sul, pois estas encontram-se entre os 40% mais pobres.

Sob os olhos vigilantes da OMC, a famosa reorganização mundial é marcada pela monopolização sem precedentes das terras e dos recursos naturais por parte das transnacionais e em menor escala pelas elites locais. O desaparecimento do campo como entidade social que resulta dessa dinâmica põe em perigo a vida das mulheres que lá vivem, que, sem recursos para produzir, se vêm forçadas a reintegrar-se como trabalhadoras agrícolas, sem proteção contra os agrotóxicos, que deixam doentes e até matam quem produz e também quem consome.

Assim, a vida do planeta e a preservação dos recursos é também um assunto específico de mulheres. Como é também a bio-tecnologia produtiva e reprodutiva, pois a aplicação da primeira está transformando países inteiros em terrenos de monocultivo de transgênicos nocivos à saúde e sem qualquer princípio de sustentabilidade, enquanto a segunda vai de encontro aos direitos das mulheres com relação ao controle de seus corpos e da reprodução, especialmente das pobres ou de

etnias discriminadas.

A globalização divide o mundo entre quem tem acesso à tecnologia e ao conhecimento e quem não tem. A maioria das mulheres está inserida no segundo caso e, portanto, se encontra no grupo mais propenso à exclusão porque, apesar do acesso à educação, à tecnologia e ao conhecimento, estas ainda são áreas com forte controle masculino e de muitas limitações para a população pobre, que, insisto, está composta por uma maioria de mulheres.

Finalmente, a globalização é sexista não só porque potencializa a exclusão das mulheres, mas também porque as marginaliza na gestão do mundo. Por um lado elas estão quase ausentes das decisões. De outro, a globalização está orientada a partir dos desejos do capital financeiro, no qual as mulheres são sub-representadas. Mais ainda, um modelo que coloca o capital como central, relega o humano e, portanto, não tem nenhum enfoque de gênero.

A ferocidade machista da globalização

Vivemos em um período onde é particularmente visível a investida dos países do Norte para controlar territórios, zonas e recursos estratégicos para

coloca-los sob a égide do mercado. A guerra e a violência colocam as mulheres dos países afetados pela impunidade das chamadas regras do jogo no contexto desses equívocos. As torturas, violações e maus-tratos a meninas e mulheres são constantes mesmo em campos de refugiados.

E, enquanto os homens fazem a guerra, sobre as mulheres recai a sobrevivência de todo o grupo afetado, a atenção aos feridos, a procura de soluções diárias e a médio prazo. A inobservância do direito humanitário na chamada luta contra o terrorismo ilustra a gravidade de uma situação de alcances imprevisíveis.

Por tudo isso, a luta pela paz é um assunto de mulheres como é também a busca da aplicação dos direitos humanos integrais.

Política e economia são assuntos de mulheres

A transformação da sociedade é um assunto demasiado sério para ser deixado nas mãos de um punhado de transnacionais e das elites que dominam o mundo. Ainda mais se com ele está em jogo também a sobrevivência do planeta, pois ao ritmo da degradação imposta pelo mercado chegaremos ao ponto de acabar com todo o princípio da vida.

Assim, a oposição à globalização neoliberal não é somente ideológica, mas se reveste de questões de vida ou morte. Permitir que o capital, e não os interesses humanos, dite o futuro sem apresentar resistência seria um absurdo imperdoável e, por isso, política e economia global são assuntos de mulheres, atuais e impostergáveis.

Irene Leon é comunicadora e socióloga equatoriana, diretora da Área de Mulheres da Alai.

Trecho do artigo publicado na revista América Latina en Movimiento, edição 351, editada pela Agência Latinoamericana de Información (Alai).

Filme apresenta repressão da Igreja às mulheres irlandesas

por Fernanda Estima

The Magdalene Sisters, do diretor escocês Peter Mullan, ganhou o Leão de Ouro no 59º Festival de Veneza, um dos mais importantes do mundo. A fita, que foi alvo de duras críticas do jornal do Vaticano, mostra o abuso sofrido por meninas em uma instituição religiosa da Irlanda e a crueldade com que eram tratadas.

“É uma grande honra”, declarou Mullan ao receber o prêmio. “O filme não é somente como a Igreja Católica e sobre como ela reprimiu jovens mulheres na Irlanda, é sobre todas as fés que pensam que têm o direito de pressionar mulheres”, completou. O filme foi escolhido entre 21 concorrentes por um júri presidido pela atriz chinesa Gong Li.

A história se passa nos anos 60 em uma instituição de caridade na Irlanda – o Asilo Magdalene. Ali, quatro meninas pobres e supostamente promíscuas trabalhavam como escravas e sofriam abusos constantes por parte das freiras. Uma ex-monja do convento participou como atriz do filme.

A estréia mundial da fita do diretor escocês – conhecido pelo filme *Meu Nome é Joe* – teve boa receptividade por parte do público. O Vaticano, no entanto, foi duro. Um artigo do jornal *L'Osservatore Romano*, descreve *The Magdalene Sisters* como uma “provação irada e rancorosa” que desvirtua os líderes religiosos.

o que rola

“Um outro mundo é possível”

As previsões apontam para um crescimento de mais de 80% no número de participantes do Fórum Social Mundial em 2003, podendo chegar a 100 mil presentes. Nas próximas semanas serão publicadas no sítio eletrônico do FSM uma série de matérias sobre os detalhes da programação e da logística. As inscrições de delegadas (os) já estão abertas. As fichas, bem como todas as informações sobre o procedimento de inscrição, estarão em www.forumsocialmundial.org.br.

O FSM 2003 acontecerá de forma descentralizada em Porto Alegre (RS), estruturado sobre cinco eixos temáticos (desenvolvimento democrático e sustentável; princípios e valores, direitos humanos, diversidade e igualdade;



Mosaico coletivo feito no primeiro FSM em Porto Alegre

mídia, cultura e contra-hegemonia; poder político, sociedade civil e democracia; ordem mundial democrática, luta contra a guerra e pela paz).

O lançamento oficial do Fórum Social Mundial 2003 ocorreu no dia 23 de setembro, em Porto Alegre. Estiveram presentes integrantes dos Fóruns Sociais Temático Argentina e Regional Europeu, representado por Nádia DeMond, da Marcha Mundial das Mulheres italiana.

folhafeminista

nº 38 setembro de 2002 ISSN 1516-8042

CONSELHO EDITORIAL

Andréa Butto, Francisca Rocicleide da Silva (Roci), Helena Bonumá, Ivete Garcia, Márcia Camargo, Maria Amélia de Almeida Teles (Amelinha), Maria Ednalva Bezerra de Lima, Maria Emília Lisboa Pacheco, Maria de Fátima da Costa, Maria Otília Bocchini, Martha de la Fuente, Mary Garcia Castro, Matilde Ribeiro, Raimunda Celestino Macena e Tatau Godinho.

A Folha Feminista, ISSN 1516-8042, é um boletim da SOF na luta feminista. Este número tem apoio financeiro da EED.

EQUIPE EDITORIAL

Diretora Responsável: Nalu Faria
Editora: Fernanda Estima (Mtb 25.075)
Projeto Gráfico: Alexandre Bessa
Diagramação: Márcia Helena Ramos
Fotolito: Input
Impressão: RWC Artes Gráficas
Tiragem: 1.500 exemplares
Número avulso: R\$1,50



SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA

Assinatura anual (10 números): R\$15,00

Rua Ministro Costa e Silva, 36, Pinheiros
 05417-080 - São Paulo / SP
 Tel/fax: 3819-3876
 Correio Eletrônico: sof@sof.org.br
 Página na internet:
<http://www.sof.org.br>

próximos números

- CAMPANHA SALÁRIO MÍNIMO
- FLEXIBILIZAÇÃO DOS DIREITOS DAS TRABALHADORAS